

GOVERNANÇA COOPERATIVA E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO BRASILEIRAS

Clarissa Cabral Leite ¹

Joséte Florencio dos Santos ²

Ramon Rodrigues dos Santos ³

▪ Artigo recebido em: 24/04/2025 ▪ Artigo aceito em: 05/09/2025

RESUMO

Este estudo investiga a relação entre o *income smoothing* e as práticas de governança cooperativa nas cooperativas de crédito brasileiras entre 2018 e 2021. A proxy de governança foi construída a partir de 17 questões binárias do questionário do Banco Central do Brasil (2014), enquanto o *income smoothing* foi mensurado pelo modelo de Maia, Bressan e Lamounier (2013). Para alcançar o objetivo, realizamos regressões em painel com efeitos fixos via Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e aplicamos Mínimos Quadrados Ponderados (MQP) para corrigir heterocedasticidade. Os resultados indicam aumento da governança no período e associação positiva e significativa entre *income smoothing* e governança cooperativa, explicada pelas especificidades das cooperativas, nas quais a governança protege a instituição e seus membros. O estudo amplia o debate ao sugerir que, quando alinhado a princípios de boa governança, o *income smoothing* pode atuar como mecanismo prudencial de gestão.

Palavras-Chave: Cooperativas de crédito. Suavização de Resultados. Gerenciamento de resultados. Governança Cooperativa.

COOPERATIVE GOVERNANCE AND EARNINGS MANAGEMENT IN BRAZILIAN CREDIT UNIONS

ABSTRACT

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (Propad-UFPE). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (Propad-UFPE). Endereço: Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Administrativas, Av. dos Funcionários, s/n, 1º andar - sala D-1A, Cidade Universitária, 50740-580 - Recife-PE. Telefone: (81) 2126-8878. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8053-7745>. E-mail: clarissa.cabral.leite@gmail.com

2 Doutora em Administração pelo Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppead-UFRJ). Endereço: Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Administrativas, Av. dos Funcionários, s/n, 1º andar - sala D-1A, Cidade Universitária, 50740-580 - Recife-PE. Telefone: (81) 2126-8878. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5366-2548>. E-mail: josete.santos@ufpe.br

3 Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (Propad-UFPE). Endereço: Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Administrativas, Av. dos Funcionários, s/n, 1º andar - sala D-1A, Cidade Universitária, 50740-580 - Recife-PE. Telefone: (81) 2126-8878. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3413-3333>. E-mail: rodrigues.ramon@hotmail.com

This study investigates the relationship between income smoothing and cooperative governance practices in Brazilian credit unions from 2018 to 2021. The governance proxy was constructed from 17 binary questions drawn from the Central Bank of Brazil's governance survey (2014), while income smoothing was measured using the model proposed by Maia, Bressan, and Lamounier (2013). To achieve the research objective, we performed panel regressions with fixed effects estimated by Ordinary Least Squares (OLS) and applied Weighted Least Squares (WLS) to address heteroskedasticity. The results indicate an improvement in governance practices over the period and a positive and significant association between income smoothing and cooperative governance. This finding can be explained by the unique characteristics of credit unions, in which governance mechanisms aim to protect the institution and its members. The study contributes to the literature by suggesting that, when aligned with sound governance principles, income smoothing may serve as a prudent management tool.

Keywords: Credit unions. Income smoothing. Earnings management. Cooperative governance.

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos de agência representam custos relevantes às organizações e impactam negativamente seu desempenho, sendo a adoção de mecanismos de governança corporativa uma resposta eficaz para mitigá-los, ao influenciar o comportamento dos agentes e, consequentemente, reduzir os custos de agência (Eisenhardt, 1989; Silva, Santos, Santos & Ranciaro Neto, 2022). As práticas de governança são aplicáveis a diferentes tipos organizacionais, desde que adaptadas às suas especificidades institucionais (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC], 2015).

Conforme a Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976) o nexo contratual entre o principal e o agente pode gerar assimetrias informacionais desencadeando conflitos de interesse, que por sua vez demandará mecanismos de monitoramento e incentivos (Eisenhardt, 1989). Em cooperativas de crédito essa dinâmica ocorre de forma particular uma vez que o cooperado acumula papéis de proprietário, usuários, financiadores e em alguns casos, gestores. Logo, tem-se um ambiente propício para potenciais problemas de agência.

No contexto brasileiro, as cooperativas de crédito distinguem-se das instituições bancárias tradicionais por sua natureza associativa e ausência de finalidade lucrativa (Brasil, 1971), tendo sido formalmente integradas ao Sistema Financeiro Nacional com a promulgação da Lei Complementar nº 130/2009 (Brasil, 2009). Essas entidades desempenham papel relevante na promoção da inclusão financeira, uma vez que conseguem alcançar segmentos da população por vezes desassistidos pelo sistema bancário convencional, configurando-se como alternativa viável tanto para poupadore quanto para tomadores de recursos (Meinen & Port, 2014; Sicredi, 2019; Greatti & Sela, 2021).

A ausência de separação clara entre propriedade e controle gera conflitos de agência, diante do acúmulo de papéis (Branch & Baker, 2000; Bressan, Braga & Bressan, 2012). A autogestão, embora idealizada como solução, não elimina a assimetria de interesses entre cooperados. A eleição democrática pode gerar

disputas internas, exigindo monitoramento constante para garantir que a gestão represente, de fato, os interesses do coletivo (Westrup, Camilo & Estevam, 2018; Banco Central do Brasil [BCB], 2009; Fontes Filho, Ventura & Oliveira, 2008b).

Diante da crescente importância das cooperativas de crédito no SFN, o Banco Central do Brasil (BCB) lançou, entre 2006 e 2009, o Projeto Governança Cooperativa para fortalecer práticas no setor (BCB, 2009). Novas pesquisas em 2013 e 2014 ampliaram a agenda, resultando na exigência de padrões mínimos de governança por meio da Resolução nº 4.434/2015, atualizada posteriormente pela Resolução nº 5.051/2022 (BCB, 2014; Conselho Monetário Nacional [CMN], 2015; 2022). Em 2016, a OCB publicou o *Manual de Boas Práticas da Governança*, com diretrizes específicas para cooperativas singulares (Organização das Cooperativas Brasileiras [OCB], 2016).

A busca por apresentar resultados que transmitam uma imagem positiva à comunidade cooperada e demais stakeholders pode levar cooperativas de crédito a gerenciarem seus resultados de forma discricionária, porém legal, utilizando contas específicas como a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) para suavizar lucros ao longo do tempo (Bradt, Bortoli & Fonseca, 2022). O *income smoothing* é um dos principais mecanismos utilizados, visando reduzir a volatilidade do lucro líquido, preservar a distribuição de sobras e alterar a percepção de risco da instituição (Bressan, Bressan & Silva Junior, 2015). O termo *accruals*, base para a mensuração do *income smoothing*, refere-se a ajustes contábeis que diferem o reconhecimento do fluxo de caixa, podendo ser utilizados para suavizar resultados reportados (Dechow, Sloan & Sweeney, 1995).

A literatura já contempla estudos sobre *income smoothing* tanto em instituições financeiras tradicionais (Shala, Ozili & Ahmeti, 2024) quanto em cooperativas de crédito (Maia, Bressan & Lamounier, 2013; Bressan, Bressan, & Silva Júnior, 2015; 2017; Sallaberry et al., 2024), bem como investigações sobre governança corporativa nesses dois contextos organizacionais (Franzoni et al., 2024; Vila et al., 2023; Favalí et al., 2020; Mercer et al., 2019; Santos et al., 2021; Silva et al., 2022). No entanto, é mais comum encontrar estudos que tratam da relação entre governança e suavização de resultados em instituições financeiras tradicionais (Jam'ah et al., 2024; Pinto et al., 2020), sendo ainda incipiente a literatura que analisa essa relação em cooperativas de crédito brasileiras, especialmente no segmento S4.

Além disso, estudos clássicos sobre índices de governança corporativa, como Gompers, Ishii e Metrick (2003), que desenvolveram o “Governance Index”, demonstraram que melhores estruturas de governança estão associadas a maior valor de mercado e desempenho operacional. Posteriormente, Bebchuk, Cohen e Ferrell (2008) refinaram essa abordagem ao propor o “Entrenchment Index”, evidenciando que nem todos os mecanismos de governança têm impacto uniforme sobre o valor das firmas, destacando a importância de identificar os componentes mais relevantes para cada contexto. Esses trabalhos embasam a utilização de proxies de governança em estudos aplicados, como o IGCoop.

Assim, identifica-se uma lacuna relevante quanto à compreensão dos impactos do *income smoothing* associados à governança cooperativa nesse segmento específico. Diante do exposto, propõe-se a seguinte questão de

pesquisa: qual é a relação entre o *income smoothing* e a qualidade das práticas de governança cooperativa nas cooperativas de crédito brasileiras?

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo geral analisar a relação entre suavização de resultados (*income smoothing*) e a qualidade da governança corporativa, mensurada pelo IGCoop, em cooperativas de crédito brasileiras do segmento S₄ no período de 2018-2021. De forma específica, busca-se: (i) construir e aplicar o Índice de Governança Cooperativa (IGCoop), elaborado a partir de 17 itens binários distribuídos em dimensões de representatividade, estrutura administrativa e fiscalização; (ii) mensurar a intensidade do *income smoothing* a partir de accruals discricionários relacionados à PCLD, tendo por base o modelo econométrico empregado por Maia, Bressan e Lamounier (2013); (iii) examinar a associação entre o IGCOP e o *income smoothing*, testando o modelo com e sem a variável IGCOP; e (iv) comparar os achados com a literatura nacional e internacional sobre governança e gerenciamento de resultados em instituições financeiras e cooperativas.

Os achados revelam um avanço na adoção das práticas de governança no período analisado (2018–2021), bem como uma associação positiva e estatisticamente significativa com o *income smoothing*, sugerindo que a governança cooperativa funciona como mecanismo de proteção institucional, especialmente via uso discricionário das PCLDs, mitigando reações adversas e promovendo estabilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Governança Cooperativa e Gerenciamento de Resultados em Cooperativas de crédito brasileiras

A teoria da agência, desenvolvida por Jensen e Meckling (1976), explica os conflitos entre proprietários e gestores sendo a base para a governança corporativa. A relação de agência caracteriza-se como um contrato no qual uma parte (principal) delega autoridade à outra (agente) para tomar decisões em seu nome (Jensen & Meckling, 1976). Essa delegação cria problemas potenciais de comportamento oportunista, como seleção adversa e risco moral, devido à assimetria informacional existente entre as partes (Eisenhardt, 1989). Nas cooperativas de crédito, esse conflito é intensificado pela sobreposição de papéis: os cooperados atuam simultaneamente como proprietários, clientes e financiadores, além de exercerem influência sobre a gestão. Essa configuração peculiar amplia o risco de decisões que priorizem interesses individuais em detrimento do coletivo, reforçando a importância da governança cooperativa como mecanismo disciplinador.

No Brasil, o IBGC (2015) propõe diretrizes para boas práticas nessa área. Nas cooperativas de crédito, os conflitos de agência se intensificam pela sobreposição entre propriedade e gestão, típica do modelo cooperativista (Bialoskorski Neto, Barroso & Rezende). Nesse contexto, adota-se o conceito de governança cooperativa, voltada à preservação dos princípios mutualistas e à continuidade institucional (Lima, Araújo & Amaral, 2008; OCB, 2016).

Embora menos consolidada em termos teóricos, a governança cooperativa complementa a governança corporativa ao estruturar a alocação de responsabilidades e reforçar os princípios de transparência, equidade, accountability e responsabilidade organizacional (Jansen, Maehler & Wegner, 2018; Fontes Filho, Marucci & Oliveira, 2008). Seus pilares — autogestão, equidade, transparência, formação e sustentabilidade — orientam uma gestão democrática, fortalecem a confiança e promovem condutas éticas e resilientes (OCB, 2016). A eficácia da governança cooperativa exige arcabouço institucional e compreensão da identidade coletiva, impondo aos seus agentes condutas pautadas pela diligência, integridade e accountability (IBGC, 2015).

Conforme o BCB (2016), a estrutura de governança deve incluir cooperados, assembleia geral, conselhos (administração, fiscal, consultivo), comitês (sociais e técnicos), auditoria independente e gestão executiva. A Lei nº 5.764/1971 torna obrigatória a existência da Assembleia Geral (AG), do Conselho de Administração (CA) e do Conselho Fiscal (CF). A AG, instância máxima de deliberação, exige comunicação acessível e participação efetiva dos membros (IBGC, 2015; OCB, 2016). O CA, eleito pela AG, define diretrizes estratégicas e zela pelos interesses do quadro social (Brasil, 2022). A Lei Complementar nº 196/2022 vedava a acumulação de presidência em mais de uma cooperativa do mesmo sistema, fixando mandato de quatro anos. Já o CF, autônomo e subordinado à AG, atua no monitoramento da gestão e na fiscalização contábil, emitindo pareceres que reforçam a fidedignidade dos demonstrativos (Tosini & Bastos, 2008; IBGC, 2015; OCB, 2016).

As demonstrações contábeis representam o principal instrumento de divulgação da situação econômico-financeira das organizações perante os stakeholders externos, desempenhando papel fundamental na redução das assimetrias informacionais, desde que produzidas com fidedignidade e integridade (Samak, Said & Latif, 2014). No entanto, a utilização de ajustes discricionários — ainda que em conformidade com as normas contábeis — pode comprometer a transparência ao obscurecer eventos econômicos adversos, comprometendo a neutralidade e a utilidade das informações financeiras (Goulart, 2007; Manukaji, 2018; Martinez, 2001; Zendersky, 2005). A flexibilidade normativa inerente aos padrões contábeis permite certa margem de julgamento, o que pode ser estrategicamente explorado por gestores para distorcer a representação da realidade econômica da entidade (Fuji, 2004; Martinez, 2006; Sousa et al., 2020). Essa conduta, conceituada como gerenciamento de resultados, consiste na manipulação deliberada das demonstrações contábeis com objetivos oportunísticos ou informativos, sem violação explícita das normas vigentes (Gabriel & Corrar, 2010; Healy & Wahlen, 1999; Schipper, 1989).

Uma das formas mais recorrentes é o *income smoothing* (IS), utilizado para reduzir a volatilidade do lucro, especialmente por gestores conservadores (Bortoluzzo, Seng & Gomes, 2016; Ribeiro & Colauto, 2016). IS pode ser natural, decorrente das operações, ou intencional, podendo assumir caráter real (com impacto no caixa) ou artificial (sem impacto no caixa), sendo ambas motivadas por decisões gerenciais (Eckel, 1981; Ribeiro & Colauto, 2016). No setor financeiro, altamente regulado, a compreensão do IS exige atenção às especificidades institucionais (Dantas, Carvalho & Pereira, 2018). O risco bancário envolve perdas esperadas (geridas por provisões) e inesperadas (cobertas por capital), com base

em métricas internas (Norden & Stoian, 2013). Nesse contexto, a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) destaca-se como principal accrual do setor, impactando resultado, capital e decisões gerenciais, além de sinalizar o risco de crédito (Goulart, 2007; Albuquerque, Moraes & Pinto, 2020).

No Brasil, a Resolução nº 2.682/1999 regulamenta a constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), exigindo alíquotas mínimas entre 0,5% (nível A) e 100% (nível H), conforme o risco da operação, sem admitir valores inferiores (CMN, 1999; Zendersky, 2007). A instituição credora é responsável por classificar e revisar mensalmente esse risco, com base em critérios objetivos. Contudo, a ausência de teto para provisão gera espaço para decisões discricionárias (Faria Junior, Machado & Dantas, 2021).

A Resolução nº 4.966/2021 do CMN substituiu a norma anterior, alinhando a contabilidade ao IFRS 9 e exigindo provisões com base em perdas esperadas, independentemente da inadimplência. Sua vigência iniciou em 2025, com plano de adequação obrigatório até 2022, conforme a Resolução nº 5.019/2022, prevendo ajustes sistêmicos, normativos e de pessoal. Como a implementação ocorre entre 2022 e 2024, os dados deste estudo, ancorados na norma de 1999, permanecem válidos e não sofrem interferência da nova regulamentação. A PCLD possui componentes discricionários e não discricionários: a primeira refere-se à provisão adicional ao mínimo legal, possibilitando gerenciamento de resultados dentro da legalidade (Dantas, Carvalho & Pereira, 2018; Faria Junior, Machado & Dantas, 2021).

Embora a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) atue como instrumento prudencial contra perdas esperadas, seu uso excessivo compromete a transparência das demonstrações contábeis, elevando a opacidade dos lucros e dificultando a avaliação do risco econômico real (Norden & Stoian, 2013; Shala et al., 2024). No contexto das cooperativas de crédito, o incentivo ao gerenciamento de resultados decorre da estrutura de distribuição proporcional das sobras aos cooperados, o que intensifica a pressão por resultados estáveis e positivos (Maia, Bressan & Lamounier, 2013; BCB, 2009; Brasil, 2009). A possibilidade de rateio de prejuízos e a exigência de capital mínimo — diretamente influenciado pelo patrimônio líquido — tornam a suavização de resultados uma prática estratégica para assegurar continuidade e reputação institucional (Bressan, Maia & Souto, 2020; CMN, 2017). Nesse cenário, práticas discricionárias via PCLD são frequentemente mobilizadas para mitigar variações nos resultados contábeis (Bressan, Bressan & Silva Júnior, 2015; Bressan, Bressan & Silva, 2016).

Dado esse contexto, a governança corporativa exerce papel essencial na contenção de comportamentos oportunistas, ao estabelecer mecanismos de controle e supervisão que incentivam a fidedignidade das informações financeiras e a responsabilização dos gestores (Chopra, 2018; Yang, Leing Tan & Ding, 2012). Ainda assim, estudos recentes sugerem que a governança pode, em determinados contextos, não atuar exclusivamente como fator disciplinador, mas também como mecanismo de legitimação. Silva et al. (2022) identificaram efeitos adversos da governança sobre o desempenho em cooperativas do segmento S4, indicando que sua implementação pode gerar custos e resultados inesperados. De forma semelhante, Jam'ah, Seomitra e

Daulay (2024) evidenciaram que a governança, ao criar maior formalização e transparência, pode legitimar práticas de suavização de resultados como estratégia de estabilidade. Nesse sentido, é plausível supor que níveis mais elevados de governança cooperativa estejam associados à maior propensão ao income smoothing, em especial quando a análise se concentra em ambientes fortemente regulados e dependentes da confiança dos cooperados, o que nos leva a seguinte hipótese de pesquisa:

H1: Níveis mais elevados de governança cooperativa estão positivamente associados à prática de income smoothing nas cooperativas de crédito brasileiras.

2.2 Estudos Empíricos sobre governança cooperativa e gerenciamento de resultados

O sistema financeiro constitui a infraestrutura crítica da economia nacional, e a solidez de suas instituições é indicativa da estabilidade macroeconômica de um país (Chopra, 2018). Nesse contexto, os mecanismos de governança corporativa assumem papel estratégico na mitigação de assimetrias decisórias e na preservação da integridade organizacional, especialmente no setor financeiro brasileiro, cuja atuação está sujeita a elevada regulação e supervisão pelo BCB.

Em cooperativas de crédito, Santos et al. (2021) identificaram, via análise de cluster e com base em dados do BCB (2014), que 65% das 994 cooperativas de créditos brasileiras apresentavam baixo nível de governança e representatividade, enquanto 35% possuíam alto nível de governança, com forte atuação em fiscalização e auditoria, sugerindo esforço para mitigar conflitos de agência. Complementarmente, Silva et al. (2022) construíram uma proxy de governança com 15 questões binárias, analisando 81 CC do segmento S₄ em 2018, e identificaram que 43% apresentavam moderado a alto grau de governança. Contudo, os autores observaram efeito negativo da governança sobre o desempenho, atribuído aos custos de implementação em um ambiente altamente regulado.

Quanto ao income smoothing, o primeiro estudo no Brasil foi conduzido por Maia, Bressan e Lamounier (2013), com 405 cooperativas vinculadas ao Sicoob (2001–2011). Os autores identificaram uso da PCLD para suavizar resultados, controlar adequação de capital e evitar perdas, com evidências empíricas de práticas de income smoothing por meio das despesas líquidas com provisões.

Dando continuidade às investigações sobre gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito, Bressan, Bressan e Silva Júnior (2015) analisaram 118 CC do SICREDI (2001–2010) e, por meio de histogramas, identificaram evidências de gerenciamento em 76% da amostra. Posteriormente, Bressan, Bressan e Silva (2016) estudaram 149 cooperativas do mesmo sistema (2001–2011) e, com dados em painel, confirmaram o uso da PCLD para suavização dos resultados via income smoothing. De forma similar, Bressan, Souza e Bressan (2017) analisaram 113 CC vinculadas à Unicred (2001–2011) e encontraram evidências da prática de income smoothing com o objetivo de transmitir solidez aos cooperados.

Complementarmente, Santos e Guerra (2019) examinaram 15 CC da Unicred (2009–2014) e, com base em teste qui-quadrado, observaram relação entre gerenciamento de resultados para evitar perdas e os escores de eficiência. Os autores destacam que cooperativas mais eficientes apresentam menor propensão ao gerenciamento, sugerindo que a motivação para manipular resultados está associada ao desempenho institucional.

Ngeno, Naibei e Langat (2021) analisaram 50 cooperativas de crédito no Quênia (2015–2019) e encontraram que práticas de governança influenciam o gerenciamento de resultados. Usando *accruals* discricionários como variável dependente e características do conselho e da dualidade do CEO como independentes, observaram que a força do conselho reduz o gerenciamento, enquanto a dualidade do CEO o intensifica.

No Brasil, de Souza e Moraes (2021) estudaram a relação entre o índice da Basileia e a PCLD (2010–2018), concluindo que o índice melhora a qualidade informacional, com efeito negativo e significativo sobre a provisão. O estudo destaca o papel da regulação prudencial, via Acordos da Basileia, na estabilidade do sistema financeiro.

Souza, Araújo e Neves (2023) verificaram, em instituições financeiras brasileiras (2010–2019), que conselhos maiores e mandatos longos estão associados a maior propensão ao gerenciamento de resultados. Em contraste, comitês de auditoria menores favorecem o gerenciamento, enquanto mandatos mais longos desses comitês inibem a prática.

Em escala internacional, Wicaksono e Indarti (2024), ao analisarem o setor bancário na Indonésia, evidenciaram que mecanismos robustos de governança reduzem o gerenciamento de resultados. Já na Jordânia, Jam'ah, Seomitra e Daulay (2024) encontraram efeito oposto: a governança, ao promover controle e transparência, cria um ambiente institucional que favorece práticas monitoradas de *income smoothing*.

Dessa forma, vemos que a literatura aborda a governança influenciando de forma positiva e negativa o *income smoothing*, a depender de como essa governança é medida. Além disso, há diversas metodologias para a captar os indícios de gerenciamento de resultados e nesse trabalho adotaremos o modelo de Maia, Bressan e Lamounier (2013) que utiliza *accruals* discricionários.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização, População e Amostra da Pesquisa

Este trabalho, se caracteriza como uma pesquisa empírica (Wooldridge, 2013), cuja abordagem é quantitativa (Martins e Theóphilo, 2007). Quanto aos meios, a pesquisa se caracteriza como documental (Raupp e Beuren, 2008) e em relação aos fins, se classifica como pesquisa descritiva (Vergara, 2004).

A população é formada por todas as cooperativas financeiras singulares listadas no BCB. Já a amostra leva em consideração a Resolução nº 4.553/2017 (NMC, 2017), que define a segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e classifica as instituições financeiras em grupos (S_1 a S_5), para fins de aplicação

proporcional de regulação, atividades, nível de risco e porte. Nesse sentido, foram selecionadas para a amostra apenas as cooperativas de crédito singulares enquadradas no segmento S4.

A escolha dessa amostra se deve ao fato de que o S4 concentra mais de 80% das cooperativas singulares do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), sendo também o principal alvo das políticas regulatórias para o fortalecimento da governança promovido pelas Resoluções nº 4.434//2015 e nº 5.051/2022.

Logo, a amostra é composta pelas cooperativas de crédito que possuem dados disponíveis no período de 2018 a 2021, totalizando 81, 91, 95 e 102 instituições por ano, respectivamente. Além disso, foram excluídas da amostra as cooperativas em processo de incorporação, cujos dados foram consolidados em assembleia. Os dados foram obtidos no IF.Data (BCB, 2022) e nos arquivos de balancetes analíticos classificados pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

3.2 Definição Operacional das Variáveis

Este estudo propõe identificar práticas de *income smoothing* em cooperativas de crédito brasileiras, com base no modelo de Maia, Bressan e Lamounier (2013), utilizando *accruals* específicos aplicados a instituições financeiras. A variável dependente é a Variação das Despesas Líquidas com Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ($VDLoc_{it}$), obtida pela variação das provisões em relação ao total das operações de crédito. Esse *accrual* é amplamente utilizado em pesquisas de gerenciamento de resultados, uma vez que não afeta o fluxo de caixa e captura a discricionariedade na constituição da PCLD (Maia, Bressan & Lamounier, 2013).

A principal variável independente é o IGCoopit (Índice de Governança Cooperativa), que foi construído a partir de 17 variáveis binárias da pesquisa de governança realizada pelo Banco Central do Brasil (2013–2014). As questões contemplam dimensões de representatividade, estrutura administrativa e fiscalização/auditoria. Para cada item, atribuiu-se valor 1 quando a prática estava presente e 0 quando ausente, compondo um escore final entre 0 e 17 pontos, posteriormente normalizado entre 0 e 1. Valores mais elevados indicam maior qualidade de governança cooperativa. Dessa forma, foram levadas em consideração as informações disponíveis na internet. Esse procedimento segue a adaptação de Silva et al. (2022), que consolidaram esse questionário em um índice sintético aplicado ao segmento S4. Embora estudos anteriores, como Santos & Leal (2007) e Catapan & Colauto (2014), tenham analisado empresas não financeiras, suas dimensões de conselho, auditoria e transparência fornecem base teórica que foi posteriormente ajustada ao contexto das cooperativas.

Além do IGCoop, são consideradas as seguintes variáveis: VOC_{it} (Variação nas Operações de Crédito): mede a intermediação financeira entre cooperados superavitários e deficitários (Bressan, Souza & Bressan, 2017); e $RNDoc_{it}$ (Resultado Não Discricionário): razão entre lucro antes da PCLD e carteira de crédito total (Maia, Bressan & Lamounier, 2013).

As variáveis de controle incluem: $OpVenc_{it}$: proporção das operações vencidas em relação à carteira total (Santos & Santos, 2020); $Spread_{it}$: diferença

entre a taxa média de empréstimos e a taxa de captação, proxy de rentabilidade da intermediação financeira (Maia et al., 2019); Desemp_{it}: crescimento do patrimônio líquido ajustado, utilizado como proxy de desempenho institucional (Maia et al., 2019); Icoop_{it}: idade da cooperativa, calculada pelo logaritmo da diferença entre o ano corrente e o de fundação; CATEG_{it}: variável dicotômica que identifica a categoria institucional (1 = singular plena; 0 = demais), conforme regulamentação do BCB (2015, 2022); e TAM_{it}: tamanho da cooperativa, calculado pelo logaritmo do ativo total.

Assim, espera-se que o IGCoop apresente relação positiva com o income smoothing, uma vez que estruturas de governança mais desenvolvidas podem institucionalizar práticas prudenciais de suavização de resultados, preservando a estabilidade financeira e a confiança dos cooperados (Jam'ah et al., 2024).

Portanto, a Tabela 1 resume todas as variáveis utilizadas neste estudo, seus sinais esperados, forma de operacionalização e fontes na literatura.

Tabela 1
Variáveis Propostas e Operacionalização

Variável	Proxy / Sinal Esperado	Operacionalização	Fonte
Variável Dependente			
Variação nas despesas líquidas com PCLD	VDLoc (Não se aplica)	$VDLoc_{it} = \frac{(\frac{DLoc_{it} - DLoc_{it-1}}{DLoc_{it-1}} \times 100)}{OC_{it}}$	Maia, Bressan e Lamounier (2013); Bressan, Bressan e Silva (2016); Bressan, Souza e Bressan (2017); Santos e Santos (2020).
Variável Independente			
Índice de Governança Cooperativa	IGCoop (Positivo)	Proxy da qualidade das práticas de governança cooperativa.	Silva, Santos, Santos e Ranciaro Neto (2022).
Variação no volume de operações de crédito	VOC (Positivo)	$VOC_{it} = \frac{VOC_t - VOC_{t-1}}{VOC_{t-1}}$	Maia, Bressan e Lamounier (2013); Bressan, Bressan e Silva (2016); Bressan, Souza e Bressan (2017); Santos e Santos (2020).
Resultado não discricionário das operações de crédito	RNDoc (Positivo)	$RNDoc_{it} = \frac{RaDLoc_{it}}{OC_{it}}$	Maia, Bressan e Lamounier (2013); Bressan, Bressan e Silva (2016); Bressan, Souza e Bressan (2017); Santos e Santos (2020).
Variáveis de Controle			
Operações de crédito Vencidas	OpVenc (Negativo)	$OpVenc_{it} = \frac{Op.Vencidas_{it}}{Cart. Classif. Total_{it}}$	Maia, Bressan e Lamounier (2013); Bressan, Bressan e Silva (2016); Santos e Santos (2020).

Diferença entre as taxas de empréstimo (GerOR) e captação (CustoCap)	Spread (Positivo)	Spread = GerOR _{it} - CustoCap _{it}	Canassa, Costa (2018); Maia, Colares, Cruz e Bressan (2019); Santos e Santos (2020).
Crescimento do Patrimônio Líquido ajustado	Desemp (Negativo)	$Desemp_{it} = \frac{PL_{it}}{PL_{it-1}}$	Vieira (2016); Cordeiro, Bressan, Lamounier; Barros (2018); Maia, Colares, Cruz e Bressan (2019).
Idade das Cooperativas	Icoop (Positivo)	Idade = Data de Inscrição CNPJ – Data do ano que está a coletar. Em seguida, transformada em \ln . Variável dicotômica, atribuindo-se 1 (um) para as cooperativas singulares Plena, e 0 (zero), caso contrário.	Maia, Bressan e Lamounier (2013); Bressan, Souza e Bressan (2017).
Categoria	CATEG (Positivo)		Maia, Colares, Cruz e Bressan (2019); (BCC, 2022).
Tamanho	TAM (Positivo)	\ln do Ativo Total	Maia, Colares, Cruz e Bressan (2019); Santos e Santos (2020)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nota: VDLoc: Variação das despesas líquidas com provisão para créditos de liquidação duvidosa; IGCoop: Índice de Governança Cooperativa; VOC: Variação no volume de operações de crédito; RNDoc: Resultado não discricionário; OpVenc: Operações de crédito vencidas; Spread: Diferença entre taxa média de empréstimos e taxa média de captação; Desemp: Crescimento do patrimônio líquido ajustado; Icoop: Idade da cooperativa (em logaritmo); CATEG: Categoria institucional (dummy); TAM: Tamanho da cooperativa (log do ativo total).

3.3 Especificação do Modelo

A análise do impacto do *income smoothing* nas variáveis discutidas foi realizada mediante regressão linear. Assim, propõe-se o seguinte modelo, com o modelo-base de Maia, Bressan e Lamounier (2013), que utiliza como variável dependente o VDLoc_{it} e como variável independente o VOC_{it} e o RNDoc_{it}, conforme abaixo.

$$VDLoc_{it} = \beta_0 + \beta_1 IGCoop_{it} + \beta_2 VOC_{it} + \beta_3 RNDoc_{it} + \beta_4 OpVenc_{it} + \beta_5 Spread_{it} + \beta_6 Desemp_{it} + \beta_7 Icoop_{it} + \beta_8 Categ_{it} + \beta_9 Tam_{it} + \varepsilon_{it}$$

A escolha do modelo de efeitos fixos justifica-se diante das cooperativas apresentam características estruturais heterogêneas e não observáveis (como práticas de gestão, cultura organizacional e inserção regional), que permanecem constantes no tempo, mas influenciam a propensão ao gerenciamento de resultados (Wooldridge, 2010; Baltagi, 2021).

O uso de efeitos fixos permite eliminar esses vieses e focar na variação interna de cada cooperativa ao longo do período de análise (2018–2021). Embora a variação temporal do IGCoop seja limitada, dado que sua construção é baseada em um questionário relativamente estável, observa-se alteração em alguns casos decorrente da implementação gradual de práticas regulatórias e

de governança. Assim, a abordagem em painel mostra-se adequada para captar tanto essa variação quanto os efeitos das demais variáveis explicativas.

Adicionalmente, foram aplicadas correções robustas de heterocedasticidade (White robust), assegurando consistência dos erros-padrão (Greene, 2018; Gujarati & Porter, 2011). As análises foram realizadas no software econômétrico Gretl, apropriado para estimação de modelos em painel com robustez estatística. Esse procedimento evita que a variância não constante entre cooperativas comprometa a confiabilidade dos testes estatísticos, sem atribuir pesos explícitos às observações (Cottrell & Lucchetti, 2023).

Dessa forma, o modelo especificado permite investigar se o IGCoop influencia a prática de suavização de resultados via PCLD, controlando por características financeiras e operacionais das cooperativas, ao mesmo tempo em que mitiga os efeitos de heterogeneidade não observada e heterocedasticidade.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Resultados Principais

Nesta subseção são apresentados os resultados centrais do estudo, organizados em três blocos: (i) resultado do questionário de governança cooperativa que originou o IGCoop e as estatísticas descritivas, (ii) estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo econômétrico e (iii) resultados do modelo econômétrico principal.

4.1.1 Questionário de Governança Cooperativa

Os resultados do questionário que compõem a proxy de Governança Cooperativa (IGCoop), que tem sua gênese no Guia das Melhores Práticas de Governança Corporativa do BICG (2015) e no questionário utilizado em um estudo do BCC (2014), fruto do “Projeto Governança” será discutido abaixo. A Tabela 2 traz a estatística descritiva do IGCoop, permitindo observar a evolução do índice de governança entre 2018 e 2021. Já a Tabela 3 apresenta, para cada item do questionário, a proporção de cooperativas que atenderam ao requisito de governança em cada ano, acompanhada do número absoluto de respostas positivas (entre parênteses).

O uso combinado dessas duas abordagens, métricas agregadas do índice da Tabela 2 e detalhamento item a item da Tabela 3, possibilita compreender não apenas a tendência geral de fortalecimento ou fragilidade das práticas de governança, mas também a extensão concreta de adesão das cooperativas ao longo do tempo. Dessa forma, é possível avaliar, simultaneamente, a evolução proporcional e a consistência absoluta da implementação de mecanismos de governança no segmento estudado.

A análise da Tabela 2 evidencia que o IGCoop apresentou crescimento médio de 7,36 (2018) para 8,66 (2021), sugerindo avanço na adoção de práticas de governança. Contudo, o coeficiente de variação aumentou de 32,20% para 44%, indicando que, embora mais cooperativas tenham incorporado práticas de

governança, a heterogeneidade entre elas também cresceu. Isso reforça a ideia de um processo de institucionalização regulatória ainda desigual entre as cooperativas do segmento S₄.

Tabela 2
Estatística Descritiva IGCoop

Ano	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	CV
2018	7,36	7	2,37	2	13	32,20
2019	8,32	9	2,92	1	13	35,10
2020	8,67	10	3,09	1	13	35,64
2021	8,66	10	3,81	1	16	44,00

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise do índice de governança cooperativa revela avanços seletivos e fragilidades persistentes. Na participação e representatividade (Seção 1), a divulgação das assembleias caiu de 85,19% (2022) para 65% (2021), com pico de engajamento em 2020 (85,26%) devido às assembleias remotas (Q1–Q2). A publicidade das atas (Q3) despencou para 16,67%, distante dos 80,2% do BCB (2014).

Na estrutura administrativa (Seção 2), houve avanço na divulgação da composição social (Q4) e qualificação dos conselhos (Q5). No entanto, a publicidade do planejamento estratégico (Q6) caiu após 2018. A definição de atribuições (Q7) variou; a transparência sobre remuneração (Q8) permaneceu baixa. A separação de funções (Q9) é majoritária; mandatos consecutivos (Q10) e representatividade (Q11) ainda são limitados. Conflitos de interesse (Q12) sofrem retrocesso.

Na fiscalização (Seção 3), a divulgação sobre o Conselho Fiscal (Q13) cresceu para 64,71%, embora abaixo dos 96,1% do BCB. Regulamentos internos (Q14) e auditoria interna (Q15) seguem com baixa publicidade. Canais de denúncia (Q16) mantêm-se em 88,24%, mas aquém dos 99,6% anteriores. Auditoria externa (Q17) atingiu 96,08%, refletindo evolução na confiabilidade institucional.

Portanto, de forma consolidada, o questionário de governança mostra que houve avanços em algumas práticas, especialmente naquelas ligadas à fiscalização e auditoria. Contudo, aspectos relacionados à representatividade e transparência mostram fragilidades. Em linhas gerais, observa-se que as cooperativas vêm incorporando gradualmente elementos de governança ao longo do período analisado, ainda que de forma desigual entre dimensões. Esse padrão sugere que as mudanças regulatórias estimularam a adoção de controles formais, mas a efetiva participação e a prestação de contas ainda representam pontos a desenvolver.

Tabela 3
Questionário Governança Cooperativa

Seção 1. Representatividade e Participação						
Nº	Questões	2018	2019	2020	2021	
Q1	Há documento ou informação sobre o manual de Assembleia Geral (AG)?	85,19% (69)	78,02% (71)	75,79% (72)	65,69% (67)	

Q2	Existem ações ou documentos adotados pela cooperativa para incentivar a participação dos associados nas AGs?	64,20% (52)	45,05% (41)	85,26% (81)	82,35% (84)
Q3	As atas das AGs estão disponíveis para os cooperados?	7,41% (6)	8,79% (8)	17,89% (17)	16,67% (17)
Seção 2. Estrutura da Administração					
Q4	A estrutura social é composta por diferentes membros, sem acumulação de cargos?	24,69% (20)	75,82% (69)	75,79% (72)	64,71% (66)
Q5	Há indícios da formação e/ou qualificação dos membros dos conselhos/diretorias?	2,47% (2)	71,43% (65)	72,63% (69)	62,75% (64)
Q6	Existe Planejamento Estratégico homologado pelo CA, em vigência?	81,48% (66)	7,69% (7)	3,16% (3)	2,94% (3)
Q7	As atribuições do CA estão definidas no estatuto ou regimento interno?	51,85% (42)	74,73% (68)	72,63% (69)	65,69% (67)
Q8	Há informações sobre a remuneração dos membros dos conselhos e diretores executivos?	1,23% (1)	4,40% (4)	4,21% (4)	3,92% (4)
Q9	A estrutura de gestão é composta por CA, DE e CF?	87,65% (71)	82,42% (75)	82,11% (78)	80,39% (82)
Q10	É vedado aos membros do CA possuir mandatos consecutivos?	2,47% (2)	1,10% (1)	1,05% (1)	0,98% (1)
Q11	Há representatividade de diferentes segmentos (regiões, categoria profissional, membros externos, sexo feminino) no CA?	17,28% (14)	60,44% (55)	64,21% (61)	51,96% (53)
Q12	Existe regulamentação/manual interno ou algum documento que trate sobre conflito de interesse?	85,19% (69)	56,04% (51)	52,63% (50)	51,96% (53)
Seção 3. Fiscalização					
Q13	Há algum critério formalizado para composição do Conselho Fiscal (CF)?	27,16% (22)	69,23% (63)	68,42% (65)	67,14% (66)
Q14	O CF possui regulamento/ regimento interno?	4,94% (4)	8,79% (8)	8,42% (8)	11,76% (12)
Q15	Há evidência de setores de auditorias internas/controles internos na cooperativa?	44,44% (36)	12,09% (11)	10,53% (10)	55,88% (57)
Q16	A cooperativa possui canais institucionais para receber as reclamações e reivindicações dos associados?	82,72% (67)	82,42% (75)	80,00% (76)	88,24% (90)
Q17	Há evidências/ relatórios de auditor externo ou independente acerca da posição econômica e financeira da cooperativa?	65,43% (53)	93,41% (85)	92,63% (88)	96,08% (98)

Nota: Os valores entre parênteses representam a quantidade de respostas "sim" à questão apresentada.

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.1.2 Estatística descritiva

Nesse primeiro momento, buscou-se melhor compreender o comportamento dos dados. Dessa forma, por se tratar de variáveis quantitativas, utilizou-se medidas-resumo (Fávero e Belfiore, 2017).

Tabela 4

Estatística Descritiva das Variáveis 2018-2021

Variável	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	CV
VDLoc	-0,012	-0,001	0,126	-1,865	0,552	-9,801
IGcoop	8,295	9	3,167	1	16	0,381
VOC	2,523	1,228	9,005	0	129,147	3,5685
RNDoc	0,235	0,121	0,717	0	10,632	3,052

OpVenc	0,563	0,576	0,139	0,042	0,875	0,247
Spread	1,286	1,34	1,428	-21,048	4,023	1,110
Desemp	2,083	1,162	6,663	0,019	80,938	3,198
Icoop	31,590	31	10,112	4	52	0,320
TAM	20,900	20,906	0,888	17,830	22,968	0,042

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 3 evidencia alta heterogeneidade entre as cooperativas, exceto quanto ao tamanho (TAM), com baixa dispersão ($CV = 0,042$). A variável dependente (VDLoc) apresentou média negativa (-0,012), indicando reversão líquida de provisões. O índice de governança (IGCoop) teve média 8,30 e ampla variação ($CV = 0,381$), sugerindo adesão desigual às boas práticas. VOC ($CV = 3,57$) e RNDoc ($CV = 3,05$) revelam distorções influenciadas por casos extremos. Em média, 56,3% da carteira (OpVenc) estava em faixas de risco elevadas. O Spread mostrou grande assimetria (mín. = -21,05), e o desempenho (Desemp) alta volatilidade ($CV = 3,20$). A idade média das cooperativas foi de 31,6 anos ($CV = 0,32$), refletindo perfis institucionais diversos.

4.1.3 Análise Econométrica

No intuito de atingir os objetivos traçados neste trabalho, utilizou-se um modelo de regressão apresentado na equação 1, levando em consideração o modelo-base de Maia, Bressan e Lamounier (2013), que se baseia em accruals específicos. Assim, a hipótese de pesquisa (H1) leva em consideração que a Variação das despesas líquidas com PCLD e sua relação com o Índice de governança corporativa (IGCoop) como positiva. Conforme os resultados da Tabela 4.

Tabela 5

Painel 2018 a 2021 – Resultado da regressão com e sem a variável IGCoop

	Efeitos Fixos	MQP
Const	0,546401 (0,0453)**	0,0338717 (0,0914)*
IGcoop	-	0,000560367 (0,0008)***
VOC	-0,0171933 (1,06e-013)***	-0,13444 (8,25e-020)***
RNDoc	0,0804825 (0,0038)***	0,210762 (1,62e-038)***
OpVenc	-0,0357626 (0,3960)	-0,0055815 (0,1210)
Spread	-0,000304195 (0,8632)	0,000424583 (0,5237)
Desemp	0,00442139 (2,74e-06)***	0,00949656 (1,43e-035)***
Icoop	-0,116498 (0,1094)	-0,0150835 (1,67e-07)***
Categ	0,00323735 (0,6699)	0,00562870 (1,92e-05)***
TAM	-0,00571565 (0,2486)	-0,00135914 (0,1191)
R-quadrado ajustado: 0,9201		R-quadrado ajustado: 0,8302
Teste Breusch-Pagan: 0,739747		Teste Breusch-Pagan: 9,60953e-008

Teste de Hausman: 7,44135e-020 Teste de Hausman: 5,2978e-005

Notas: Nota: $VDLoc_{it}$ = variação das despesas líquidas com PCLD; VOC_{it} = variação nas operações de crédito; $RNDoc_{it}$ = resultado não discricionário; $IGCoop_{it}$ = índice de governança cooperativa; $OpVenc_{it}$ = índice de inadimplência; $Spread_{it}$ = spread de juros; $Desemp_{it}$ = crescimento do patrimônio líquido ajustado; $Icoop_{it}$ = idade da cooperativa; $Categ_{it}$ = categoria institucional; TAM_{it} = tamanho da cooperativa. Significância: ***: 1%, **: 5% *: 10%. O erro-padrão encontra-se entre parênteses.

Fonte: Elaborado pelos autores

Com base na análise estatística e nos modelos econôméticos aplicados, os resultados confirmam a adequação do modelo de efeitos fixos para ambas as especificações – com e sem a variável $IGCoop$ – conforme os testes de Chow e Hausman ($p < 0,001$), sendo o modelo com $IGCoop$ ajustado por heterocedasticidade via Mínimos Quadrados Ponderados (MQP), após identificação da necessidade pelo teste de Breusch-Pagan ($p < 0,001$). O modelo sem $IGCoop$ apresentou maior R^2 ajustado, porém, conforme Fávero e Belfiore (2017), esse valor não é determinante para inferência causal, reforçando a importância dos testes de especificação.

A inclusão da variável $IGCoop$ – índice de governança cooperativa construído a partir de dados objetivos disponibilizados pelas cooperativas – revelou coeficiente positivo e significância estatística a 1%, indicando que maior nível de governança está associado a maior variação nas despesas líquidas com PCLD, não rejeitando a hipótese H1, que previa relação positiva entre governança e *income smoothing*. Este achado demanda interpretação crítica à luz da natureza e função da governança no contexto das cooperativas de crédito.

Diferentemente da governança corporativa tradicional, cujo foco é a proteção de acionistas e a mitigação de conflitos de agência entre gestores e investidores (Mendes & Freire, 2014; Freitas et al., 2018), a governança cooperativa tem caráter institucional, buscando preservar a estabilidade e a perenidade da organização frente aos seus cooperados, que acumulam as funções de proprietários, usuários e financiadores (BCC, 2014; BCO, 2016). Regida por normativas específicas (Brasil, 1971; 2022; NMC, 2022), a governança nesse modelo opera por meio de estruturas representativas e deliberativas – como os Conselhos de Administração e Fiscal – responsáveis por garantir a aderência aos princípios cooperativistas, como solidariedade, transparência e sustentabilidade.

Neste contexto, a governança pode favorecer práticas de suavização de resultados como estratégia prudencial. Ao utilizar a PCLD como instrumento discricionário de amortecimento contábil, as cooperativas protegem-se de volatilidades, preservando a confiança dos cooperados e evitando sinalizações negativas ao mercado e às entidades supervisoras. A literatura dá suporte a esta leitura, ao apontar o *income smoothing* como uma forma de gerenciamento de risco percebido (Maia et al., 2013; Bressan et al., 2016; Cunha & Piccoli, 2017), especialmente em setores regulados e com alta responsabilidade fiduciária, como é o caso das cooperativas financeiras.

As demais variáveis reforçam este diagnóstico. A VOC apresentou sinal negativo com significância estatística a 1% nos dois modelos, sugerindo que reduções nas operações de crédito levam a maiores provisões, o que contrasta

com parte da literatura (Maia et al., 2013; Bressan et al., 2016), mas é justificável em contextos de maior aversão ao risco, como em períodos de retração econômica. A variável RNDoc apresentou coeficiente positivo e significância a 1%, indicando que resultados operacionais mais robustos estão associados a maior uso da PCLD, reforçando o padrão de gerenciamento de resultados por meio do accrual. O Desemp, proxy de desempenho institucional, também foi estatisticamente significativo, com coeficiente positivo, sugerindo que cooperativas mais eficientes tendem a provisionar mais, seja por exigência prudencial ou estratégia de estabilização.

A variável Icoop, significativa apenas no modelo com IGCoop, apresentou coeficiente negativo, indicando que cooperativas mais jovens são mais propensas ao *income smoothing*, comportamento típico de organizações em fase de consolidação institucional (Cook, 2018; Santos, 2023). De forma complementar, a variável Categ, também significativa somente com IGCoop, mostrou que cooperativas classificadas como plenas, que oferecem maior diversidade de produtos e serviços, apresentam maior variação nas provisões, reforçando a ideia de que a complexidade operacional demanda maior gerenciamento contábil. Já OpVenc, Spread e TAM não apresentaram significância estatística nos modelos estimados.

Portanto, ao contrário da premissa de que a governança atua como fator de contenção do gerenciamento de resultados, os dados sugerem que a governança cooperativa, neste contexto, opera como mecanismo de suporte estratégico ao *income smoothing*. Ao institucionalizar práticas contábeis discricionárias sob uma ótica prudencial e regulatória, reforça-se a lógica de proteção coletiva e de perenidade, típica do modelo cooperativo. A Resolução CMN nº 2.682/1999, que atribui à própria instituição a responsabilidade pela classificação de risco dos créditos, amplia esse espaço discricionário, que sob estruturas de governança mais robustas pode ser canalizado para práticas de gestão conservadoras e alinhadas à sustentabilidade financeira.

Assim, maior governança não implica, necessariamente, menor suavização de resultados; ao contrário, pode representar maior capacidade técnica, institucional e deliberativa para gerenciar o resultado de forma estratégica e prudente, assegurando estabilidade, confiança e continuidade do modelo cooperativo.

4.2 Resultados Complementares

Com o objetivo de fortalecer a robustez dos achados, foram conduzidas análises complementares que permitem compreender de forma mais ampla a relação entre governança cooperativa e *income smoothing*.

Dessa forma, foi analisada a variação anual do IGCoop no período 2018–2021. Observou-se crescimento gradual do índice, com média passando de 7,36 pontos em 2018 para 8,66 em 2021, revelando avanços no nível agregado de governança das cooperativas. Entretanto, essa evolução não foi homogênea entre as dimensões: enquanto práticas ligadas à fiscalização e auditoria apresentaram progressos consistentes, aspectos relacionados à representatividade e transparência mantiveram-se mais frágeis. Esse resultado sugere que as mudanças regulatórias e institucionais estimularam a adoção de

mecanismos formais de controle, mas a efetiva participação dos associados e a publicização de informações ainda representam desafios relevantes.

Na sequência, foram realizados testes adicionais de robustez do modelo econométrico. A reestimativa do modelo sem a variável de governança não alterou substancialmente os coeficientes das demais variáveis explicativas, reforçando a consistência da especificação. Adicionalmente, a comparação entre efeitos fixos e aleatórios, ainda que o teste de Hausman indicasse a adequação do primeiro, mostrou que os sinais e magnitudes permaneceram estáveis, o que atesta a robustez dos resultados. A verificação de multicolinearidade, por meio do VIF, apresentou valores abaixo do limite crítico de 10, descartando problemas severos de correlação entre as variáveis independentes.

Por fim, realizou-se uma discussão qualitativa dos componentes do IGCoop, a partir dos resultados do questionário. É importante destacar que práticas de fiscalização e auditoria, como a atuação do Conselho Fiscal, auditoria externa e canais de denúncia, obtiveram maiores taxas de adesão ao longo do período, reforçando a confiabilidade institucional. Em contrapartida, dimensões como participação em assembleias, publicidade de atas e representatividade nos conselhos apresentaram oscilações ou retracções, indicando que a governança não evolui de maneira uniforme. Essa heterogeneidade interna explica por que o índice agregado captura avanços gerais, mas também evidencia que nem todas as dimensões se traduzem de forma direta na mitigação de riscos informacionais.

De forma consolidada, os resultados complementares confirmam a robustez do modelo principal e permitem uma leitura mais refinada do papel da governança cooperativa. Enquanto o índice agregado se mostra positivamente associado ao income smoothing, a análise qualitativa evidencia que essa relação decorre, sobretudo, do fortalecimento de práticas prudenciais, mais do que da ampliação da participação e da transparência. Essa constatação reforça que a governança, no caso das cooperativas de crédito brasileiras, funciona como um mecanismo institucional voltado à estabilidade e à proteção coletiva, em vez de um simples limitador de discricionariedade.

5 CONCLUSÕES

As cooperativas de crédito alcançam parcela da população que, em muitos casos, são desassistidas pelo sistema bancário tradicional e, especialmente a partir da última década, vem despertando a atenção de acadêmicos e órgãos reguladores no que diz respeito à governança cooperativa. Assim, este estudo buscou analisar a relação entre o *income smoothing* e as práticas de governança cooperativa nas instituições pertencentes a segmentação em nível S₄ no período de 2018 a 2021. Para atingir o objetivo geral proposto, mensuramos as práticas de governança por meio de um questionário composto por 17 questões binárias extraídas da pesquisa do Banco Central do Brasil (2013–2014) e coletadas de maneira secundária na Internet, tornando possível obter um índice de governança cooperativa, cuja pontuação máxima é de 17 pontos.

O índice de governança revela que as cooperativas analisadas promovem representatividade e pluralidade na estrutura social, com avanços em qualificação e separação de funções, mas ainda falham na transparência de atas e divulgação de remuneração. A análise descritiva evidenciou que o IGCoop apresentou evolução positiva ao longo do período analisado, embora de forma heterogênea entre dimensões, apresentando avanços mais consistentes em fiscalização e auditoria e fragilidade persistentes em representatividade e transparência. Os resultados da análise econométrica não rejeitam a hipótese de que a governança está positivamente associada ao income smoothing via PCLD. A governança, nesse contexto, atua como mecanismo de suporte estratégico, legitimando o uso discricionário da PCLD para estabilização dos resultados, especialmente por ser a própria instituição responsável pela classificação de risco. Esse achado reforça que, no ambiente cooperativo, a governança atua não apenas como limitadora da discricionariedade, mas como instrumento de proteção coletiva e estabilidade institucional. O estudo amplia o debate sobre a governança em cooperativas de crédito, evidenciando que a temática permanece aberta a novas investigações.

As limitações deste estudo estão relacionadas a possibilidade de que algumas práticas de governança de fato sejam adotadas nas instituições estudadas, contudo não tenham sido captadas por estarem restritas a usuários mediante login e senha. Outra limitação reside na indisponibilidade de algumas contas no plano COSIF, dado que muitas cooperativas divulgam apenas as informações exigidas por lei, restringindo a amplitude dos indicadores disponíveis. Para estudos futuros, sugere-se que a discussão seja ampliada e que sejam desenvolvidos estudos de Environmental, Social and Governance (ESG) nas cooperativas de crédito que pertencem até o nível S₄ de segmentação. Além disso, com a regulamentação CMN nº 4.966/2021 e 5.019/22 que moderniza a forma como as instituições mensuram a PCLD, torna-se relevante avaliar seus efeitos em pesquisas posteriores, especialmente após sua plena vigência a partir de 2025.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, D., Moraes, A. I., & Pinto, I. (2020). O papel da supervisão bancária nas divulgações de risco de crédito e provisões para perdas com empréstimos. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 22(4), 932–948. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v22i4.4078>
- Banco Central do Brasil. (1992). Circular nº 1.273, de 31 de agosto de 1992: Dispõe sobre operações de crédito. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenumerativo?tipo=Circular&numero=1273>
- Banco Central do Brasil. (2009). Governança cooperativa – Diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito. Brasília, DF: Banco Central do Brasil.
- Banco Central do Brasil. (2014). Fortalecimento da governança cooperativa no Brasil: Pesquisa Governança em Cooperativas de Crédito 2013/2014. Brasília, DF: Banco Central do Brasil.

- Banco Central do Brasil. (2022). IF.Data – Dados selecionados de entidades supervisionadas. <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/>
- Banco Central do Brasil. (2023). Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo: Dados referentes a dezembro de 2022. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama>
- Baltagi, B. H. (2021). *Econometric analysis of panel data* (6th ed.). Springer.
- Bebchuk, L., Cohen, A., & Ferrell, A. (2009). What Matters in Corporate Governance? *Review of Financial Studies*, 22(2), 783–827. <https://doi.org/10.1093/rfs/hhn099>
- Bialoskorski Neto, S., Barroso, M. F. G., & Rezende, A. J. (2012). Governança cooperativa e sistemas de controle gerencial: uma abordagem teórica de custos da agência. *Brazilian Business Review*, 9(2), 72–92. <https://doi.org/10.15728/bbr.2012.9.2.4>
- Bortoluzzo, A. B., Sheng, H. H., & Gomes, A. L. P. (2016). Earning management in Brazilian financial institutions. *Revista de Administração*, 51(2), 182–197. <https://doi.org/10.5700/rausp1233>
- Bradt, E., Bortoli, C., & Fonseca, M. W. (2022). Gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito brasileiras: uma análise na conta receita com prestação de serviços. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, 27(1), 86–100.
- Branch, B., & Baker, C. (2000). Chapter 11: Overcoming credit union governance problems. In G. D. Westley & B. Branch (Eds.), *Safe money: Building effective credit unions in Latin America* (pp. [inserir páginas do capítulo, se houver]). Washington, DC: Inter-American Development Bank and World Council of Credit Unions.
- Brasil. (1971). Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm
- Brasil. (2009). Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp130.htm
- Brasil. (2022). Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022. Altera a Lei Complementar nº 130/2009 para incluir as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito entre as instituições integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp196.htm
- Bressan, V. G. F. (2009). Seguro depósito e moral hazard nas cooperativas de crédito brasileiras [Tese de doutorado, Universidade Federal de Viçosa].
- Bressan, V. G. F., Braga, M. J., & Bressan, A. A. (2012). Análise da dominação de membros tomadores ou poupadões de recursos nas cooperativas de crédito mineiras. *Economia Aplicada*, 16(2), 339–359. <https://doi.org/10.1590/S1413-80502012000200006>
- Bressan, V. G. F., Bressan, A. A., & Silva Júnior, J. M. da. (2015). Evitar divulgar perdas: Foi uma estratégia utilizada na última década pelas cooperativas

- de crédito filiadas ao Sicredi? *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, 2(3), 27–42.
- Bressan, V. G. F., Bressan, A. A., & Silva, J. M. da. (2016). Gerenciamento de resultados em cooperativas no Brasil: Avaliando o income smoothing às filiadas do Sicredi. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 9(3), 283–300.
- Bressan, V. G. F., Maia, L. L., & Souto, B. A. C. (2020). Política de distribuição de sobras em cooperativas de crédito. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, 7, 161–180.
- Bressan, V. G. F., Souza, D. C. de, & Bressan, A. A. (2017). Income smoothing: Um estudo das cooperativas de crédito do setor de saúde. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 19(66), 627–643. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v0i0.2617>
- Canassa, B. J., & Costa, D. R. de M. (2018). Ciclo de vida das cooperativas de crédito brasileiras: o desempenho da cooperativa como motivo para a descontinuidade das operações. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, 9, 51–68.
- Catapan, A., Colauto, R. D., & Barros, C. M. E. (2013). A relação entre a governança corporativa e o desempenho econômico-financeiro de empresas de capital aberto do Brasil. *Revista Contabilidade, Gestão e Governança*, 16(2), 16–30.
- Chopra, N. (2018). Are banks using loan loss provisions to smooth income? Empirical evidence from Indian commercial banks. In *Management of Financial Services: Creating Business Value and Sustainability*.
- Conselho Monetário Nacional (CMN). (1999). Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Estabelece critérios para classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 dez. 1999. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2024.
- Conselho Monetário Nacional (CMN). (2015). Resolução nº 4.434, de 5 de agosto de 2015. Estabelece normas sobre o funcionamento das cooperativas de crédito e define diretrizes de governança. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2024.
- Conselho Monetário Nacional (CMN). (2017a). Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017. Dispõe sobre a política de segurança cibernética e os requisitos para contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 jan. 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2024.
- Conselho Monetário Nacional (CMN). (2017b). Resolução nº 4.606, de 19 de outubro de 2017. Dispõe sobre a metodologia simplificada opcional para o cálculo do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5), os requisitos para a sua adoção e os requisitos adicionais para a estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 out. 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolucao&numero=4606>. Acesso em: 17 out. 2024.

- Conselho Monetário Nacional (CMN). (2021). Resolução nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como sobre a designação e o reconhecimento de relações de contabilidade de hedge pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Diário Oficial da União, seção 1, pp. 1–3, Brasília, DF, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidedefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolucao%20CMN&numero=4966>. Acesso em: 15 out. 2024.
- Conselho Monetário Nacional (CMN). (2022). Resolução nº 5.051, de 25 de abril de 2022. Estabelece as diretrizes para a governança e o funcionamento das cooperativas de crédito no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 abr. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2024.
- Cordeiro, F. A., Bressan, V. G. F., Lamounier, W. M., & Barros, L. A. B. de C. (2018). Desempenho financeiro das cooperativas de crédito brasileiras e a recessão econômica de 2015 no Brasil. *Anais do XVII USP International Conference in Accounting*, São Paulo, SP.
- Cottrell, A., & Lucchetti, R. (2023). *Gretl user's guide* (2023 ed.). GNU Project. Disponível em: <http://gretl.sourceforge.net/>
- Cunha, P. R. da, & Piccoli, M. R. (2017). A influência do board interlocking no gerenciamento de resultados. *Revista Contabilidade e Finanças*, 28(74), 179–196. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201701980>
- Dantas, J. A., Borges, M. A. B., & Fernandes, B. V. R. (2018). Gerenciamento de resultados contábeis em cooperativas de crédito. *Revista Ambiente Contábil*, 10(2), 342–363. <https://doi.org/10.15728/bbr.2013.10.4.4>
- Dantas, J. A., Carvalho, J. A., & Pereira, J. V. (2018). As instituições financeiras brasileiras usam a PCLD para gerenciamento de capital? *Enfoque: Reflexão Contábil*, 37(2), 127–144. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v37i2.34077>
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting Earnings Management. *The Accounting Review*, 70(2), 193–225. <http://www.jstor.org/stable/248303>
- Eckel, N. (1981). Smoothing hypothesis revisited. *Abacus*, 17(1), 28–40. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6281.1981.tb00099.x>
- Eisenhardt, K. M. (1989). Agency theory: An assessment and review. *Academy of Management Review*, 14(1), 57–74. <https://doi.org/10.2307/258191>
- Faria Junior, M. S. de, Machado, M. R. R., & Dantas, J. A. (2021). Fraude corporativa e gerenciamento de resultados: um estudo em instituições bancárias brasileiras. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 40(2), 115–134. <https://doi.org/10.4025/enfoque.v40i2.51591>
- Favalli, R. T., Maia, A. G., & Silveira, J. M. F. J. da. (2020). Governance and financial efficiency of Brazilian credit unions. *RAUSP Management Journal*, 55(3), 355–373. <https://doi.org/10.1108/RAUSP-02-2019-0018>
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: Estatística e modelagem multivariada com Excel, SPSS e Stata*. Elsevier
- Fontes Filho, J. R. (2008, April 25). Corporate governance: main concepts and applications to cooperatives. Seminar held in Brasília. <https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/coopcar/pdf/governanca.pdf>

- Fontes Filho, J. R., Marucci, J. C., & Oliveira, M. J. de. (2008a). Governança cooperativa: participação e representatividade em cooperativas de crédito no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2(4), 107–125.
- Fontes Filho, J. R., Ventura, E. C. F., & Oliveira, M. J. de. (2008b). Governança e participação no contexto das cooperativas de crédito. *Revista de Administração FACES Journal*, 7(3), 48–63.
- Franzoni, S., & Ait Allali, A. (2024). Corporate governance of Islamic banks: a sustainable model to protect the participatory depositor? *Journal of Banking Regulation*, 25(1), 42–48. <https://doi.org/10.1057/s41261-022-00214-3>
- Freitas, G. A. de, Silva, E. M., Oliveira, M. C., Cabral, A. C. de A., & Santos, S. M. de. (2018). Governança corporativa e desempenho dos bancos listados na B3 em ambiente de crise econômica. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 21(1), 100–119.
- Fuji, A. H. (2004). Gerenciamento de resultados contábeis no âmbito das instituições financeiras atuantes no Brasil [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].
- Gabriel, F., & Corrar, L. J. (2010). Gerenciamento de resultados e de capital no sistema bancário brasileiro – uma investigação empírica nas aplicações em títulos e valores mobiliários. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 15(2), 49–62.
- Gompers, P., Ishii, J., & Metrick, A. (2003). Corporate Governance and Equity Prices. *The Quarterly Journal of Economics*, 118(1), 107–156. <https://doi.org/10.1162/00335530360535162>
- Goulart, A. M. C. (2007). Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Greatti, L., & Sela, V. M. (2021). Atuação das cooperativas de crédito no processo de inclusão financeira no Brasil. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 40(3), 21–37.
- Greene, W. H. (2018). *Econometric analysis* (8th ed.). Pearson.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica* (5ª ed.). AMGH Editora.
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13, 365–383.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). (2015). Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 5. ED. São Paulo, SP: IBGC
- Jam'ah, M., Seomitra, A., & Daulay, A. N. (2024). The effect of profitability and solvency on income smoothing with good corporate governance as a moderating variable at PT Bank Muamalat Indonesia in 2018–2022. *EKOMBIS REVIEW: Jurnal Ilmiah Ekonomi dan Bisnis*, 12(1), 11–28.
- Jansen, A. C., Maehler, A. E., & Wegner, D. (2018). Governança cooperativa e o dilema de legitimidade: um estudo de caso em uma cooperativa de crédito. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 17(3), 61–80.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360.
- Lima, R. E. de, Araújo, M. B. V. de, & Amaral, H. F. (2008). Conflitos de agência: um estudo comparativo dos aspectos inerentes a empresas tradicionais e cooperativas de crédito. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2(4), 148–157.

- Maia, L. L., Colares, A. C. V., Da Cruz, N. G., & Bressan, V. G. F. (2019). Fatores influenciadores da rentabilidade das cooperativas de crédito brasileiras. In ANPCONT Congress, Federal University of Minas Gerais. Proceedings...
- Maia, S. C., Bressan, V. G. F., & Lamounier, W. M. (2013). Gerenciamento de resultados contábeis em cooperativas de crédito no Brasil. *Brazilian Business Review*, 10(4), 96–116.
- Manukaji, I. J. (2018). Corporate governance and income smoothing in the Nigerian deposit money banks. *International Journal of Business & Law Research*, 6(1), 27–38.
- Martinez, A. L. (2001). Gerenciamento de resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo].
- Martinez, A. L. (2006). Minimizando a variabilidade dos resultados contábeis: estudo empírico do income smoothing no Brasil. *Revista Universo Contábil*, 2(1), 9–25.
- Martins, G. A., & Theóphilo, C. R. (2007). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas.
- Meinen, É., & Port, M. (2014). *Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios*. Brasília: Confebras.
- Mendes, C. J. F., & Freire, F. D. S. (2014). A governança corporativa e manipulação de informação contábil: Mensuração a valor justo nos bancos comerciais. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(23), 53–74.
- Mercer, A. C., Póvoa, A., & Piccoli, P. (2019). Dominação de grupos de membros em cooperativas de crédito em ambientes com altas taxas de juros. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 90(3), 555–571.
- Ngeno, J., Naibei, I. K., & Langat, P. (2021). A governança corporativa afeta o gerenciamento de resultados? Um estudo de caso de Saccos de captação de depósitos na região de South Rift, Quênia. *International Journal of Scientific and Research Publications*, 11(12).
- Norden, L., & Stoian, A. (2013). Gerenciamento de resultados bancários por meio de provisões para perdas com empréstimos: uma espada de dois gumes? *SSRN Electronic Journal*, 1–45. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2369798>
- Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). (2016). *Manual de boas práticas de governança para cooperativas*. Brasília, DF: OCB.
- Piccoli, P. G. R., Souza, A., & Silva, W. V. da. (2014). As práticas de governança corporativa diminuem o gerenciamento de resultados? Evidências a partir da aversão na divulgação de prejuízos e de queda nos lucros. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(22), 141–158.
- Pinto, I., Gaio, C., & Gonçalves, T. (2020). Corporate governance, foreign direct investment, and bank income smoothing in African countries. *International Journal of Emerging Markets*, 15(4), 670–690.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). *Metodologia da pesquisa aplicável às ciências: Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. Atlas.
- Ribeiro, F., & Colauto, R. D. (2016). A relação entre board interlocking e as práticas de suavização de resultados. *Revista Contabilidade e Finanças*, 27(70), 55–66. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501320>
- Ribeiro, J. E., & Souza, A. A. (2023). Índice de governança corporativa e desempenho de mercado: evidências no mercado acionário brasileiro.

- Revista Contabilidade & Finanças, 34, e1756. <https://doi.org/10.1590/1808-057x20231756.en>
- Sallaberry, J. D., Venturini, L. D. B., Lerner, A. F., & Flach, L. (2024). Income smoothing nas cooperativas de crédito brasileiras: os efeitos da inadimplência. *Revista Ambiente Contábil*, 16(1), 1–22. <https://doi.org/10.21680/2176-9036.2024v16n1ID31614>
- Samak, N. A., El Said, H. H., & El Latif, G. A. (2014). Corporate governance and income smoothing: Case of the Egyptian listed companies. *International Journal of Management Research and Development*, 4(3), 23–42.
- Santos, J. D., & Leal, R. P. (2007). Práticas de governança corporativa em empresas familiares não-listadas de capital aberto. In *7º Encontro Brasileiro de Finanças*, São Paulo, SP. Anais...
- Santos, L. S. Z., & Guerra, C. M. A. (2019). Gerenciamento de resultados e eficiência: Um estudo nas cooperativas de crédito filiadas ao sistema Unicred. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, 5(10), 19.
- Santos, M. B., Scherer, F. L., Campara, J. P., Trindade, N. R., & Ferreira, G. M. V. F. (2021). Tipologias de governança corporativa em cooperativas de crédito no Brasil. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, 8(16), 1–30.
- Santos, R. R. dos, & Santos, J. F. dos. (2020). Influência da folga financeira no gerenciamento de resultados nas cooperativas de crédito brasileiras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 14(4).
- Santos, R. R. dos. (2023). *Income smoothing e folga organizacional: Estudo das relações nos estágios de vida das cooperativas de crédito brasileiras* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Santos, S. D. (2016). Práticas de governança e desempenho financeiro em cooperativas de crédito [Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo].
- Schipper, K. (1989). Commentary on earnings management. *Accounting Horizons*, 3, 91–102.
- Shala, A., Ozili, P. K., & Ahmeti, S. (2024). Impact of competition and concentration on bank income smoothing in Central and Eastern European countries. *Journal of Economics, Finance and Administrative Science*, 29(57), 5–20.
- Sicredi – Credit Cooperative System (2019). Benefits of credit cooperativism. <https://www.sicredi.com.br/media/produtos/sicredi-beneficios-do-cooperativismo-de-credito.pdf>
- Silva, A., Santos, J. F. dos, Santos, R. R. dos, & Ranciaro Neto, A. (2022). Práticas de governança e desempenho de cooperativas financeiras brasileiras com base na segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN). *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 17(1), 28–46.
- Silva, E. D. S., Santos, J. F. D., & Almeida, M. A. (2011). Conselho de administração: uma análise da influência nos níveis de endividamento. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 13(41), 440–453.
- Sousa, A. M. de, Ribeiro, A. M., Vicente, E. F. R., & Carmo, C. H. S. do. (2020). Suavização de resultados e comparabilidade dos relatórios financeiros: Evidências em empresas abertas do mercado brasileiro. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 14(67).
- Souza, L. R. de. (2021). Panorama das cooperativas de crédito no Brasil. *Deusto Estudios Cooperativos*, 17(17), 97–130.

- Souza, P. V. S. D., Araújo, A. G. D. S., & Neves, R. B. (2023). Corporate governance and earnings management in Brazilian financial institutions. *Revista de Administração da UFSM*, 16(2), e3.
- Souza, P. V. S., & Moraes, J. A. P. (2021). Qualidade dos lucros e resiliência de instituições financeiras brasileiras: Uma análise do índice de Basileia. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 24(3), 256–273. https://doi.org/10.51341/1984-3925_2021v24n3a1
- Tosini, M. de F. C., & Bastos, A. M. (2008). Governança cooperativa: As funções de fiscalização e controle nas cooperativas de crédito no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2(4), 75–89.
- Trindade, L. Z., & Bialoskorski Neto, S. (2012). Uma análise da separação entre a propriedade e a gestão nas cooperativas de crédito brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(16), 95–118.
- Vergara, S. C. (2013). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração* (14^a ed.). São Paulo: Atlas.
- Vieira, L. K. (2016). *Diversificação de receitas e o desempenho financeiro das cooperativas de crédito brasileiras* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais].
- Vila, M. L., Cândido, S. E. A., Ferratti, G. M., & Sacomano Neto, M. (2023). The configuration of the largest Brazilian banks' board of directors: Trajectories and capitals of Latin America's financial elite. *International Journal of Emerging Markets*.
- Vilela, R. H. P., Ferraz, S. F. de S., & Feraz, S. B. (2015). Modelo diagnóstico de governança corporativa em cooperativas de saúde. *Revista de Administração FACES Journal*, 14(1), 29–48.
- Westrup, M. N., Camilo, S. P. O., & Estevam, D. de O. (2018). Dominância de membros tomadores ou poupadões de recursos nas cooperativas de crédito e o desempenho: Análise sob a ótica da teoria de agência. *Navus - Revista de Gestão e Tecnologia*, 8(2), 27–42.
- Wicaksono, A. D., & Indarti, M. G. K. (2024). Corporate governance mechanisms on earnings management in the Indonesian banking sector. *Accounting and Finance Studies*, 4(1), 051–059.
- Wooldridge, J. M. (2013). *Introductory econometrics: A modern approach* (5^a ed.). Boston: Cengage Learning.
- Yang, C. Y., Leing Tan, B., & Ding, X. (2012). Corporate governance and income smoothing in China. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 10(2), 120–139.
- Zendersky, H. C. (2005). *Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil – 2000 a 2004* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].

Planilha de Contribuição dos Autores				
Contribuição	Clarissa Leite	Joséte dos Santos	Ramon dos Santos	
1. Idealização e concepção do assunto e tema da pesquisa	x	x	x	
2. Definição do problema de pesquisa	x	x	x	
3. Desenvolvimento da Plataforma Teórica	x			
4. Delineamento da abordagem metodológica da pesquisa	x	x		
5. Coleta de dados	x			
6. Análises e interpretações dos dados coletados	x			x
7. Conclusões da pesquisa	x			
8. Revisão crítica do manuscrito	x	x		
9. Redação final do manuscrito, conforme as normas estabelecidas pela Revista.	x			x
10. Orientação		x		